

rosilene alvim / josé sérgio leite lopes

FAMÍLIAS OPERÁRIAS, FAMÍLIAS DE OPERÁRIAS



RBCS nº 14 ano 5 out. de 1990

Desde o século 19, a indústria têxtil vem utilizando e concentrando uma importante força de trabalho feminina em todos os países onde se desenvolveu. Os setores de fiação e tecelagem tornaram-se, portanto, lugares clássicos do trabalho feminino, e

tiveram uma grande importância simbólica na expansão da reflexão tanto moral quanto ideológica, que, na mesma época, voltou-se para os fenômenos da proletarização. Entretanto, em regiões fracamente urbanizadas e proletarizadas - no sentido da existência de um mercado de trabalho livre insuficiente, que era o caso do Nordeste brasileiro na primeira metade deste século -, como poderia a indústria têxtil se conformar a essa tradição internacional da divisão do trabalho por sexo e arremeter a parte feminina da força de trabalho potencialmente existente no nível local?

A história social do grupo operário criado pela Companhia Têxtil de Paulista (CTP), que se tornara a principal empresa brasileira desse setor industrial no fim dos anos 40, pode ser considerada, sob um certo ponto de vista, como a história das experiências e soluções trazidas a esse problema, bem como a das contradições surgidas em decorrência das transformações do modo particular de dominação em que se baseava o recrutamento de uma importante população operária: Em outras palavras, essa história pode ser vista como a das transformações sofridas pelo papel das mulheres no trabalho e na família, desde sua subordinação a um recrutamento familiar efetuado diretamente pela companhia nas regiões camponesas até seu acesso a uma posição dominante não só na economia familiar operária, como também nas atividades associativas e na própria construção da identidade social daquele grupo operário.

A falta de mulheres na mão-de-obra local

Uma das características mais originais do sistema de dominação instituído pela fábrica de Paulista é o fato de que, durante seu período de expansão, de 1930 a 1950, sua força de trabalho foi recrutada diretamente sob a forma de famílias e não de trabalhadores individuais. A CTP criou assim, *ex-nihilo*, um grupo operário de origem camponesa que ela controlava inclusive nas regiões de origem de seus membros. Esse tipo de recrutamento é revelador do lugar que a empresa reservava aos diferentes membros da família na divisão do trabalho, de acordo com o sexo e a idade, tanto na fábrica quanto nas atividades anexas à produção industrial. As famílias puderam ter assim uma grande importância no estabelecimento desse tipo de dominação, e mais tarde nas suas transformações. A dinâmica da relação entre os sexos e as classes de idade no interior das famílias desempenhou igualmente um papel considerável (1).

Esse recrutamento direto de famílias, só foi instituído após um período de . recrutamento local espontâneo de operários-camponeses, durante o qual a insuficiência da oferta de força de trabalho, em particular feminina, foi duramente sentida pela empresa. Com efeito, fundada em 1892 no lugar de um antigo engenho de cana-de-açúcar, a 20km de Recife, a CTP recorreu principalmente a antigos *moradores* (2), supervisionados por contramestres, ou a operários profissionais recrutados no mercado de Recife (3).

Em sua fase de expansão na década de 1910, em consequência de sua aquisição pela família Lundgren, e em seguida à instalação de uma grande seção de estamperia e da constituição progressiva de uma rede de lojas no interior, a CTP viu-se continuamente confrontada com o problema da falta de mão-de-obra. Foi então que começou a construir uma vila operária para onde podia atrair e dar acolhida a operários qualificados de Recife bem como aos trabalhadores provenientes do interior. A empresa contava, também, com a imigração espontânea e irregular das famílias cuja sobrevivência estava ameaçada nas regiões açucareiras e algodoeiras do Estado de Pernambuco.

Até os anos 30, entretanto, a vila operária resumiu-se a algumas ruas dispostas em torno da fábrica, da casa grande e dos prédios que abrigavam a administração da companhia. Fora desses limites, a maioria dos operários morava em *mocambos*, construídos ou por eles mesmos ou pelos "serviços externos" da CTP (que se encarregavam das atividades não-fabris). Ao contrário das casas típicas da vila operária em parede-meia com o vizinho, os *mocambos* - habitações autônomas - associavam-se a *roçados* e terreiros onde se fazia uma pequena criação de animais domésticos. Para a CTP, essa associação *mocambo-roçado* - na qual a precariedade material da casa era compensada pela possibilidade de acesso aos microrrecursos da agricultura e da criação de animais - trazia consequências negativas para a assiduidade e a disciplina no interior da fábrica. O trabalho industrial de um ou de vários membros de uma família operária podia, nessas condições, representar apenas uma renda suplementar em comparação com os "ganhos" obtidos com o roçado: a lenha catada, a pesca ou o pequeno comércio que se organizava em torno dos recursos "naturais" do próprio lugar.

A economia doméstica do *mocambo-roçado* era um estímulo adicional para as mulheres ficarem em casa, impedindo-as, ao mesmo tempo, de participarem do mercado de trabalho da fábrica. A formação de operárias profissionais da tecelagem ou da fiação afigurava-se, assim, ainda mais rara e difícil.

Recrutar famílias para empregar operárias

Para poder contar com certas categorias de trabalhadores que não se encontravam naturalmente no mercado de trabalho local, principalmente as mulheres, a CTP lançou-se ao recrutamento direto de famílias inteiras por sobre todo o território dos Estados de Pernambuco e da Paraíba. Dessa forma, atraiu numerosos trabalhadores dos dois sexos e de todas as classes de idade, inclusive crianças (empregadas a partir de 10-12 anos, embora a lei não autorizasse contrato de trabalho antes dos 14 anos) e de homens mais velhos.

As crianças entravam em grupos de aprendizes; com isso a fábrica tornava-se, de fato, uma escola profissional direta muito mais importante do que as salas de aula criadas pela empresa na vila operária. Os idosos podiam conservar sua situação camponesa, cultivando um pedaço de terra que lhes era concedido. A utilidade reconhecida aos representantes dessas duas classes de idade extremas contribuía, aliás, para manter uma moral do trabalho constantemente reforçada por uma encenação teatral do pleno emprego que será descrita mais adiante: A economia do salário familiar materializava essa aspiração comum ao trabalho. Entretanto, os principais suportes desse tipo de economia eram as crianças das famílias camponesas há pouco recrutadas, e não o pai. Assim, o recrutamento direto de famílias, por intermédio de agentes especialmente enviados para esse fim, era um meio de inverter as bases materiais da autoridade doméstica e da divisão do trabalho entre as idades e os sexos no conjunto do novo grupo operário, em oposição ao que se passava nas famílias operárias já estabelecidas localmente.

Esse recrutamento exercia, além disso, uma atração preferencial sobre as famílias que contavam com maior número de moças. As famílias camponesas cuja reprodução estava mais ameaçada eram quase sempre aquelas nas quais um desequilíbrio entre os sexos acentuava o número de moças em detrimento dos rapazes – os únicos a poderem ajudar o pai idoso no trabalho agrícola –, bloqueando-se, assim, as possibilidades de sobrevivência tal como eram socialmente concebidas em suas regiões de origem. Operava-se, portanto, uma convergência entre, por um lado, uma oferta de trabalho reservada às mulheres e, por outro, uma demanda potencial por parte de famílias camponesas que dispunham de um número excessivo de moças. Dessa maneira, concretizava-se uma possibilidade de emigração simultânea de todo o grupo familiar, que afastava o risco da dispersão de sua unidade. Finalmente, essa forma de recrutamento atenuava a má reputação ligada à contratação de moças pela fábrica entre as famílias camponesas.

A composição interna das famílias recrutadas preparava, portanto, essa inversão dos papéis no trabalho industrial. Posteriormente, a própria entrada no mundo da fábrica e na vila operária produzia um efeito de ruptura com a vida social anterior dos recém-chegados, na medida mesma de seu alto grau de ritualização. De fato, após uma fase de viagem, organizada pelos agentes recrutadores, em ônibus ou caminhões da CTP, que acentuava a precariedade de sua situação anterior devido as improvisações e emergências ligadas à mudança, as famílias eram alojadas provisoriamente num grande prédio; homens e mulheres alojavam-se separadamente, mas se reuniam para as refeições, à espera do ritual da contratação que se desenrolava diante do patrão em pessoa. As famílias eram levadas em fila para lhe serem apresentadas, cada uma por sua vez, na varanda da casa grande. O patrão interrogava o chefe de cada família a respeito de seus trabalhos anteriores, sua região de origem, sua religião. Em seguida, examinava as mãos e o fundo dos olhos dos adultos e decidia, então, sobre a atribuição a ser dada a cada um. Postados atrás do patrão, o chefe do pessoal e os responsáveis pelos setores da fábrica registravam por escrito suas diretrizes e podiam sugerir-lhe, se fosse o caso, outras atribuições, imediata ou posteriormente.

Esta encenação inaugura uma nova forma de dominação, a meio caminho entre o modo de dominação personalizado típico da morada tradicional (4) e o modo de dominação capitalista industrial objetivado na gestão impessoal da mão-de-obra, espécie de teatralização industrial da dominação tradicional. Ela se dirige principalmente aos pais de família, como detentores da autoridade doméstica, sensíveis ao simbolismo ligado à personalização do poder patronal nas relações tradicionais de dominação. Ao mesmo tempo, esse ritual marca os limites da autoridade paterna que não pode se exercer na futura carreira na indústria e na primeira atribuição das crianças. Em seus relatos, os antigos operários insistem no detalhe desse ritual para marcar bem que nele vêm a origem do grupo operário de Paulista, ainda que não tenham pessoalmente passado pelo ritual, como é o caso daqueles que não foram recrutados diretamente pela CTP. É como se esse ritual tivesse permanecido na memória coletiva como o modelo preferencial de recrutamento do grupo operário. Seu caráter de exame selecionava uns e rejeitava outros – as mãos por demais delicadas do pai de família, a religião ou qualquer outro motivo podiam dar pretexto à dispensa arbitrária – de toda a família. Mas esse ritual de entrada no mundo da fábrica e da vila operária, mais que um "rito de passagem", "um rito de instituição" (Bourdieu, 1982, pp. 58-63), consagrava a diferença entre o conjunto das famílias de trabalhadores submetidas a tal processo de recrutamento direto e o conjunto mais vasto do qual se distinguia esse grupo instituído: o das famílias operárias já instaladas localmente ou que haviam se apresentado espontaneamente na fábrica.

A eficácia simbólica do rito de instituição deve-se ao fato de que, agindo ao nível das representações, agrega ao mundo da fábrica as novas levas de trabalhadores recrutados pela companhia em suas regiões de origem, inculcando-lhes, ao mesmo tempo, uma forte adesão a sua nova situação; essa adesão era facilitada pelo contraste entre o período de indigência do qual saíam e a perspectiva de encontrar na vila operária boas condições materiais de existência asseguradas pela fábrica. Ao mesmo tempo, a presença de famílias já estabelecidas colocava os novos recrutados numa situação de humilhação que os levava tanto a sofrer quanto a incorporar uma assimilação mais intensa das regras da fábrica e da vila operária. Inversamente, a chegada dessas novas famílias impunha às antigas um novo modelo de comportamento, feito de obediência e de adesão renovadas, que incluía uma nova repartição dos papéis no interior do grupo doméstico.

Uma redefinição da autoridade doméstica

O ritual de contratação já anunciava a divisão do trabalho por sexo e idade na empresa. As moças mais "delicadas" eram

chamadas para trabalhar na tecelagem; as demais, na fiação. Os rapazes eram colocados nas operações de pré-fiação, no alvejamento, na tinturaria ou na estamparia, ou ainda, nas oficinas mecânicas. e na manutenção da fábrica. Mas eles tinham igualmente a possibilidade de participar de diversas atividades extra-industriais: corte de madeira para alimentar caldeiras, construção e manutenção da vila operária, transporte na linha da estrada de ferro interna, tarefas de vigilância dentro da milícia privada da companhia. A maioria dessas atividades, todas masculinas, permanecia clandestina porque infringia a legislação do trabalho institucionalizada a partir dos anos 30. Os pais de família, por sua vez, podiam ocupar postos de servente no interior da fábrica ou se encarregarem de certos serviços no "setor externo" clandestino. Quando os pais tinham um número suficiente de filhos trabalhando na fábrica, podiam igualmente pedir a concessão de um roçado graças ao qual conseguiam reconstituir a aparência de sua autoridade de chefe de família camponesa: cultivando por conta própria um pequeno roçado e administrando o trabalho de seus filhos operários – considerado, então, como secundário no interior da unidade familiar. A mãe de família ficava geralmente em casa onde organizava os trabalhos domésticos.

A companhia encontrava, assim, uma utilidade produtiva para a maioria dos membros das famílias recrutadas; os dois sexos encontravam-se representados mais ou menos em partes iguais tanto na população residente como na mão-de-obra empregada na fábrica. Esse equilíbrio estatístico não deve, entretanto, esconder a importância do trabalho das moças nos setores estratégicos da tecelagem e da fiação. O emprego mais precário dos chefes de família idosos merece igualmente atenção: efetivamente, sua entrada como serventes ou como varredores é geralmente vivida como humilhante, conforme atestam as biografias familiares produzidas por seus filhos. Para evitar esse tipo de situação, as crianças eram moralmente obrigadas a se empregarem na fábrica precocemente sob a responsabilidade do pai.

Tomou-se, então, crucial para a CTP proporcionar aos chefes de família idosos um lugar aceitável no universo da empresa, caso ela quisesse reter as famílias que recrutara. Para a solução prática dessa dificuldade inesperada a CTP inspirou-se nas reações de descontentamento que ela já suscitara entre seus primeiros operários, ao levar avante a destruição dos mocambos. Com efeito, simultaneamente a sua política de recrutamento maciço e longínquo, ela expandiu muito a vila operária às expensas dos antigos "bairros" de mocambos. Assim, a chegada de novos grupos serviu para repovoar a cidade nos limites de uma vila operária extensa e para reduzir a antiga economia doméstica que associava mocambos e roçados (5). Enquanto isso, o problema dos velhos pais de família camponeses se ampliara em consequência da composição dos grupos domésticos recentemente recrutados. Desse modo, a CTP pôde responder progressivamente aos descontentamentos e às reclamações dos operários estabelecidos há longo tempo e expropriados de sua microeconomia do mocambo-roçado, concedendo outros pedaços de terra, só que desta vez afastados das casas. Esses roçados foram atribuídos prioritariamente aos velhos camponeses recentemente chegados, a título de antecipação em espécie sobre uma aposentadoria à qual essa geração não tinha direito em razão de sua entrada tardia na indústria e do caráter recente das leis sociais (as primeiras datam dos anos 30). Além disso, o fato de o roçado se encontrar agora afastado da casa reduziu bastante as possibilidades de criação de animais domésticos feita pelas mulheres, contribuindo ainda mais para fazer do roçado um domínio dos velhos. Quanto aos outros membros da família, só lhes restava adaptar-se aos ritmos do trabalho assalariado: desde os rapazes e moças exigidos pela fábrica até a mãe ocupada em preparar as refeições e marmitas para os filhos submetidos a diferentes horários de trabalho. A força de legitimação desse novo tipo de dominação industrial imposto a uma população camponesa desenraizada deve-se, em grande parte, às concessões em espécie feitas aos velhos pais de família e que aparentemente contribuíam para reduzir a importância das mudanças decorrentes da transferência do papel de mantenedores da família para seus filhos.

A relação dos jovens com a fábrica

A política de recrutamento direto aumentou muito a participação na mão-de-obra das classes de idade mais jovens, forçando a empresa a investir no treinamento rápido de moças e rapazes. Ora, embora o básico da economia familiar dos recém-chegados fosse garantido pelo salário dos rapazes e, mais freqüentemente ainda, pelo das moças, o trabalho dos filhos continuava sendo considerado uma ajuda ao pai que permanecia em casa. Particularmente no caso das moças, seu salário servia para complementar o orçamento doméstico; delas esperava-se, ainda, que ajudassem a mãe nas tarefas da casa. Posteriormente, elas viam-se diante do casamento e tornavam-se donas de casa como a mãe.

O trabalho na fábrica só era visto, portanto, como um projeto passageiro. Esse caráter efêmero acentuava sua passividade no trabalho, permitindo ao mesmo tempo ao patronato intensificar sua exploração sem ter de correr o risco de enfrentar reivindicações coletivas ou prerrogativas individuais de carreira: o que pode ser insuportável numa situação permanente de trabalho pode tornar-se suportável nos limites de um projeto passageiro (Cottureau, 1983).

Aliás, a mão-de-obra caracterizava-se por uma elevada rotatividade, sendo as demissões tão freqüentes quanto eram fáceis as contratações. Esse paradoxo, considerando-se a imobilização da força de trabalho no interior da vila operária, podia se aplicar tanto aos homens (sobretudo os jovens) quanto às mulheres. A instabilidade da mão-de-obra feminina devia-se sobretudo às doenças (a tuberculose era freqüente nos anos 40), aos acidentes de trabalho; à atração exercida pelos trabalhos domésticos, à existência de outros irmãos e irmãs que podiam substituí-los na fábrica e, principalmente, ao casamento e, em seguida, aos

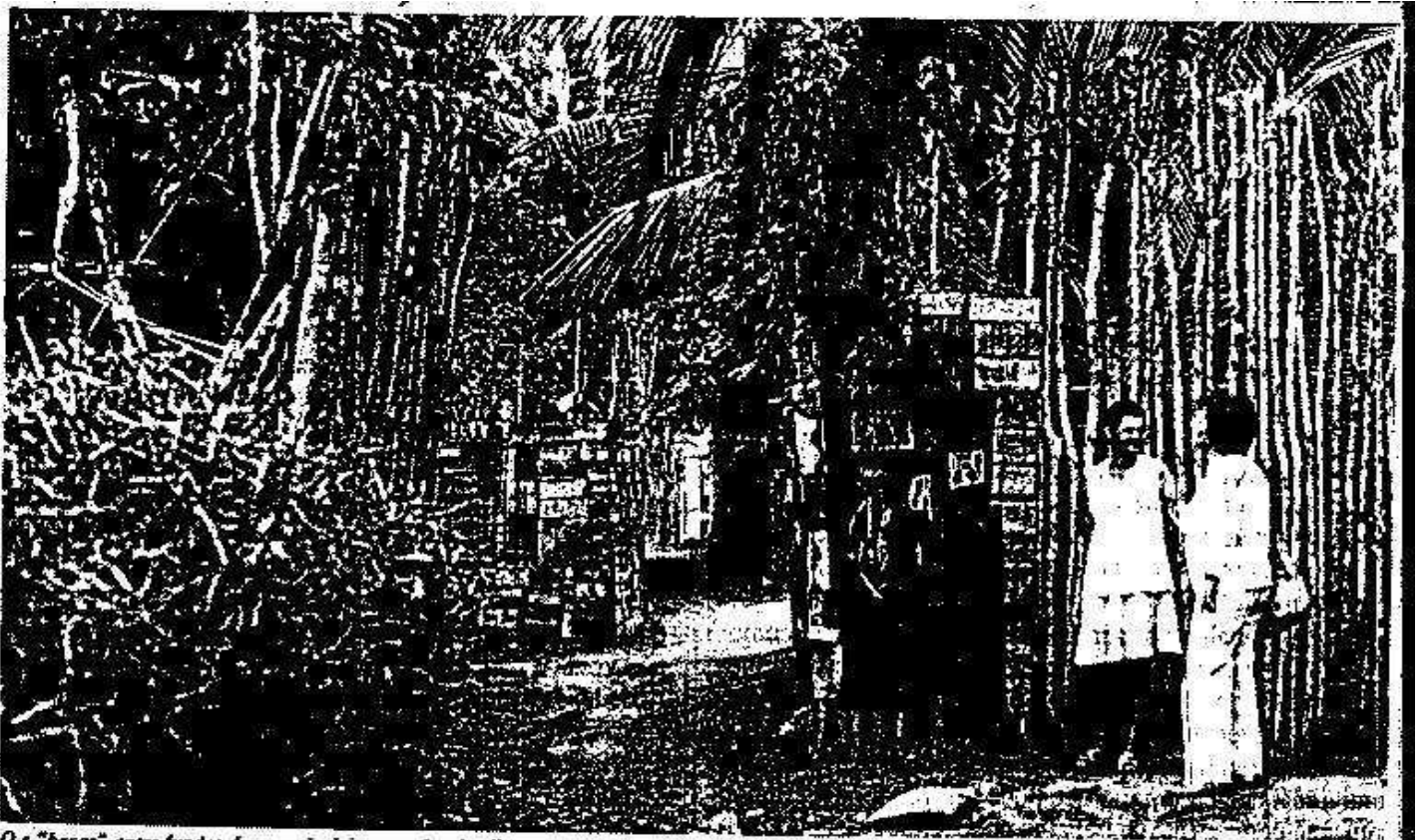
filhos. Entre os homens, socialmente destinados a um projeto permanente de trabalho, a rotatividade poderia surpreender, tendo em vista a obrigação moral de trabalhar enfatizada pela administração da fábrica em todos os âmbitos da vida social local. Na verdade, a parte masculina, solteira e jovem da força de trabalho, passava por freqüentes mudanças de emprego no interior da empresa, como-se ela estivesse apenas num período de socialização preliminar às regras de cooperação e de disciplina próprias à fábrica. Era como se a aquisição dessa "cultura de fábrica" supusesse de antemão uma soma de pequenos conflitos com a hierarquia imediata, que se resolvia através de demissões seguidas de recontrações em outros setores da companhia.

Diante desse tipo de cultura operária de fábrica o observador tende, freqüentemente, a considerar como propriedades do conjunto do grupo características que são, na verdade, propriamente masculinas (6). Isso ocorre com os apelidos e alcunhas utilizados entre companheiros, freqüentemente tão grosseiros como as brincadeiras feitas ao longo da jornada de trabalho para torná-la mais suportável; com os conflitos com os chefes e contramestres, os intermediários entre o momento da demissão e o da recontração em outros setores da fábrica; em resumo, com todas as manifestações que giravam em torno da virilidade, da esperteza e da coragem, e que podiam, às vezes, descambar para demonstrações de força e coragem coletivas, de uma solidariedade dirigida contra outras classes (Bourdieu, 1979, p. 447).

A participação das mulheres nessa cultura de fábrica era geralmente mais discreta: ela se expressava mais pelo "dicionário", uma linguagem codificada por gestos em que várias companheiras se comunicavam à distância, a despeito do barulho das máquinas, ou pelos mexericos que animavam a rivalidade entre tecelãs e fiandeiras. Menos voltada para o enfrentamento da hierarquia, a solidariedade das mulheres manifestava-se principalmente na organização dos acode-vexame (literalmente "ajuda em situações de necessidade"), que eram pequenas caixas de socorro-mútuo destinadas à compra de bens de consumo duráveis para o lar, até mesmo vestidos de noiva. Pois a cultura profissional das operárias situava-se essencialmente na mediação entre a fábrica e a família.

Rua de vila operária





Os "becos" entre fundos de casa de dois arruados de vila operária, no "bairro do Nobre"

As carreiras de operárias

A partir dos anos 50, quando pouco a pouco as demissões passaram a superar as contratações, a rotatividade da mão-de-obra passou a atingir, sobretudo, os homens. Por ocuparem todos os postos clandestinos do "setor externo", eles eram mais facilmente demissíveis. As moças mais raramente demitidas, quando o eram, retornavam à posição "natural" de ajudar em casa. Aliás, muitas delas tinham sido convocadas em sua região de origem por parentes que habitavam uma casa da vila operária, ou para substituir no trabalho um membro da família doente, a fim de garantir a manutenção da casa (7), ou para ajudar outras mulheres em seus trabalhos domésticos: Elas permaneciam na vila operária onde ficavam disponíveis para um retorno eventual ao trabalho no caso de retomada das contratações na fábrica. Os jovens demitidos, que não tinham lugar no universo doméstico, acabavam em pouco tempo indo buscar trabalho em outro lugar. Assim, o laço mais estreito das moças com a casa e a família é que, paradoxalmente, podia levá-las a permanecer na fábrica mais tempo que seus irmãos (exceto os que ocupavam postos especializados ou de contramestres).

A dedicação das moças a seus pais levava-as, por vezes, a continuar trabalhando como operárias para sustentá-los e para fazer jus, com tempo, ao benefício de uma aposentadoria em geral precoce, já que sua vida ativa começara muito. Ao lado de sua posição como arrimo de família, esse é um dos fatores mais importantes na constituição de um celibato operário feminino.

"Na minha família, quem sempre tomava a iniciativa era eu. Fazer as compras, a feira, tudo. Quando eu era pequena, não, porque a mamãe fazia, mas depois que cresci, papai deixava muita coisa por minha conta. Depois que ele ficou doente, então, mais ainda. Meu irmão »:ais velho foi criado pelo padrinho, e depois que se casou, nunca mais voltou. Meu outro irmão foi embora de casa em 1954, depois de dois anos sem trabalho aqui. Não tinha mais trabalho aqui naquela época, nem nas fábricas do Recife. E por isso que muita gente foi para o Rio e São Paulo como ele. Só eu e a minha irmã é que tínhamos trabalho na fábrica, na fiação. O salário era pago por quinzena, eu fazia a feira na semana do pagamento, minha irmã na outra. Depois, ela se casou e foi embora de casa. Eu fiquei, alguém precisava assumir a casa. Lá tinha muitos anos de trabalho e pensava já em agüentar até a aposentadoria" (filha de pescador, caçula da família, tornou-se fiandeira, militante da Ação Católica, permaneceu solteira até a aposentadoria).

Assim foi que as operárias da fiação e da tecelagem formaram, a partir do final dos anos 50, um dos grupos mais estáveis no interior da fábrica, tendo como objetivo, do mesmo modo que os contramestres, terminar sua vida profissional naquela empresa. E foi para garantir tal possibilidade que esses dois grupos, até então passivos nos conflitos de trabalho que começaram já no início dos anos 50, apareceram, no início dos anos 60, como os mais mobilizados em torno do sindicato operário.

Durante os anos 40 e 50, as fiandeiras estiveram ao lado dos operários especializados da pré-fiação de onde provinha a iniciativa da maioria dos movimentos reivindicatórios e do desencadeamento das greves. Orgulhosos de sua habilidade técnica, ocupando um lugar estratégico no início do processo de produção que lhes permitia bloquear toda a produção seguinte, pagos por peça como as fiandeiras e as tecelãs, esses operários estavam sempre vigilantes quanto às manobras, muitas vezes fraudulentas, a que se permitia a administração da empresa quando do pagamento dos salários.

Ocorreram conflitos trabalhistas em torno dessas questões, em 1943, 1952, 1954 e 1956, a partir da paralisação do trabalho na pré-fiação. Não foi, aliás um acaso o fato de ter sido este o primeiro setor atingido pela modernização dos equipamentos da empresa: a organização dos operários da seção foi assim destruída, a partir de 1958, por causa de demissões em massa e da transformação das condições de exercício da profissão e da definição do posto.

Poupadas, temporariamente, das reestruturações associadas à contração do emprego decorrente das modernizações, as fiandeiras e tecelãs – que integravam juntamente com as operárias da pré-fiação, as profissões tidas como "os órgãos visuais e táteis do aparelho produtivo", segundo a expressão de Halbwachs (1970) –, "herdaram" a combatividade de seus companheiros demitidos, na conjuntura do início dos anos 60. Elas já os secundavam na organização coletiva das reclamações dos operários contra a companhia, que se tornaram numerosas nos anos 50, assim que se institucionalizou localmente a Justiça do Trabalho com a criação de um tribunal de primeira instância, em 1944.

E essas mesmas operárias tomaram parte ativa nas lutas que se desenvolveram em 1962 no interior do sindicato, visando à renovação de sua diretoria.

As operárias, mediadoras da história do grupo

O surgimento dessas carreiras de operárias e o papel que as mulheres puderam desempenhar na constituição de uma identidade social no interior do grupo relacionam-se com a participação de um bom número dentre elas nas associações religiosas locais patrocinadas pela companhia. Todas aquelas jovens que haviam começado a trabalhar desde os 12-14 anos de idade, cansadas da jornada de trabalho, encontravam finalmente na JOC (Juventude Operária Católica) atividades que as motivavam e lhes proporcionavam a formação e as relações sociais não recebidas na escola da companhia, muito improvisada e pouco freqüentada pelas crianças operárias, mais voltadas para o aprendizado direto do trabalho na fábrica. Esse papel "escolar" da JOC contribuiu, portanto, para reunir as diversas experiências vividas pelas moças operárias ao longo do processo brusco de desenraizamento camponês e de acelerada obreirização: As redes de sociabilidade, que foram até o início dos anos 50 um instrumento a serviço da dominação simbólica da CTP sobre as famílias operárias e, mais particularmente, sobre essa parte estratégica da força de trabalho que eram os jovens, desempenharam depois um papel no distanciamento dessa geração de "jocistas" em relação à companhia e, inclusive, em sua oposição, no momento em que a empresa mudou as regras do jogo. As atividades da JOC contribuíram, portanto, para moralizar e disciplinar essas gerações de recém-chegados. Tal moralização contribuiu para que muitas operárias incorporassem e construíssem ativamente seu celibato como arrimo de família, passando a exaltar suas próprias qualidades de disciplina no trabalho, e dando-se assim, meios para exercer de maneira eficaz sua dedicação à família. A ruptura dos laços entre os operários das associações católicas e a CTP cristalizou-se durante as eleições municipais de 1955, quando um operário sindicalista que era, ao mesmo tempo, presidente da Ação Católica local foi eleito prefeito: seu adversário era um dos filhos do patrão. Os operários católicos engajaram-se na campanha contra o candidato da companhia, e a CTP teve a surpresa de descobrir, ao lado de seus opositores, aqueles mesmos operários cuja promoção ela tão "generosamente" encorajara. Nessa ocasião, a ação operária católica conseguiu substituir a militância comunista (8) que tentava fazer-se presente na fábrica desde 1945, mas que foi sempre severamente reprimida pela polícia e pela milícia privada da CTP.

Na verdade, a diferença entre esses dois tipos de militantes e seu relativo êxito político local remete, novamente, a uma divisão social entre os sexos, na medida em que o Partido Comunista (PC) recrutava seus militantes principalmente entre os homens, ao passo que a JOC arregimentava a maior parte de seus efetivos entre as operárias de Paulista. Nos anos 30 e 40, as primeiras tentativas de oposição organizada à companhia deveram-se quase exclusivamente a homens ligados ao sindicalismo oficial e situados nos limites do campo político. A experiência de implantação local do PC, a partir de 1945, foi, por sua vez, um assunto masculino – desde o envio de vendedores de jornais até a fixação de operários vindos das fábricas de Recife –, o que trazia riscos para a segurança pessoal dos militantes. Em contraste com esse tipo de ação incentivada de fora, a reconversão política dos militantes da JOC constituiu uma das principais mediações através das quais o movimento de oposição à CTP se enraizou na população local. Para isso contribuiu a participação das mulheres que, dado o fortíssimo laço que mantinham entre a fábrica e a família, estavam em posição de lutar contra a empresa de dentro dela mesma, isto é, a partir da própria posição que o sistema de dominação da empresa lhes reservara. Essa volta do sistema contra si mesmo acelerou a emergência de sentimentos de pertencimento a uma geração e a uma comunidade operárias.

Esse sentimento coletivo não dependeu originalmente da JOC nem de grupos religiosos: sua origem remonta a uma

sociabilidade e a uma história que nasceram da experiência das relações de dominação específicas estabelecidas em Paulista e que escaparam parcialmente ao controle da companhia que era, não obstante, onipresente. Esse sentimento construiu-se por sobre uma memória coletiva constituída de experiências compartilhadas: recrutamento familiar e os rituais de entrada no mundo da fábrica; a nostalgia da abundância dos produtos alimentícios que a CTP acumulava graças ao seu monopólio de compra (9); o medo da milícia privada da companhia constituída de mais de 500 homens; a experiência das comunicações mudas e gestuais no borburrinho da fábrica que faziam parte de uma renitente cultura de fábrica; a admiração por aqueles velhos pais de família tão ligados a seus roçados a ponto de desejarem resistir à companhia que, tendo mudado de política, agora os queria desalojar.

Mas é verdade, também, que esses sentimentos compartilhados – produtos essenciais de uma idealização da dominação passada que é também uma forma de denúncia implícita, senão direta, das novas regras do jogo patronal – só puderam se constituir em memória coletiva devido à permanência, através das gerações, do grupo que foi o suporte da acumulação direta da história incorporada em cada um dos seus membros. A forte presença feminina nos postos estratégicos da produção, através da qual se garantia uma moradia na vila operária, é que assegurou essa permanência. Em outras vilas operárias, como as das usinas açucareiras em que apenas os homens trabalhavam e a contratação dos filhos era cada vez mais difícil, a permanência no tempo e a estabilidade no espaço das famílias tornaram-se praticamente impossíveis (Leite Lopes, 1976). Pelo contrário, uma parte não desprezível do grupo operário de Paulista conseguiu permanecer no local a despeito das demissões, e isso graças à relevância do trabalho das mulheres na fábrica, à densidade das redes de parentesco desenvolvidas a partir do recrutamento familiar direto, graças às possibilidades de reconversão dos antigos operários ao pequeno comércio, como a feira local de produtos alimentícios. Estavam assim reunidas as condições para a produção e a conservação de uma memória coletiva.

Essa memória coletiva atuou com força na mobilização de grupos operários de Paulista no momento em que a CTP começou a executar um projeto de modernização que acarretou a dispensa em massa dos operários "estáveis", isto é, aqueles que tinham mais de dez anos na empresa e estavam protegidos contra a demissão pela antiga lei da estabilidade – que o regime militar acabara de modificar, em 1967, sem ter, no entanto, tocado nesses direitos. Uma razão suplementar para a mobilização decorria do desejo de poder, um dia, usufruir, ali mesmo, dos direitos relativos à aposentadoria. As novas forças de mobilização, que se haviam manifestado por ocasião da renovação sindical de 1962 e da greve vitoriosa de 1963, reapareceram então, passado o medo que se seguiu às perseguições nos dias subseqüentes ao golpe de Estado de 1964. E foram as mulheres dos setores da fiação e da tecelagem que assumiram mais ativamente a mobilização. Elas eram, pela primeira vez, maioria na direção sindical que se reconstituiu em 1967; a maior parte pertencera, no passado, a associações católicas locais. O sindicato iniciou uma luta na Justiça, apoiada por assembléias e manifestações maciças, pedindo a reintegração dos demitidos.

Foram feitas reclamações coletivas diante dos tribunais. Toda a experiência anterior dessa militância feminina de origem religiosa foi empregada na organização das manifestações e das coletas de donativos destinados a apoiar a resistência das famílias dos demitidos que tiveram que esperar, durante mais de um ano, pela decisão do tribunal. Embora a Justiça tenha rejeitado o pedido de reintegração, a CIP foi condenada a pagar indenizações tão elevadas que ela acabou propondo pagar uma boa parte da soma devida aos demitidos com a cessão da propriedade das casas em que antes moravam. Progressivamente, metade das 6.000 casas da vila operária tomou-se propriedade das famílias. Esta luta permitiu assegurar, assim, a permanência de uma grande parte da geração recrutada nos anos 30 e 40 e de seus descendentes.

Essas gerações, recrutadas sob a forma de famílias que tinham moças entre seus integrantes – produto indissociável das famílias, mas de preciosa valia para a fábrica têxtil –, puderam assim permanecer no local; a despeito das demissões, pela ação dessas mesmas moças que, ao se tornarem operárias profissionais, garantiram a continuidade de todo seu grupo social contra os novos interesses da empresa que as tinha recrutado. A constituição dessas carreiras operárias femininas, sempre estreitamente associadas à vida da unidade familiar, influenciadas também por estilos de atividades associativas e militantes conformes ao seu *hábitos*, foi essencial na formação da memória do grupo social. Essa identidade e essa memória de grupo constituíram-se através da própria experiência das contradições que afetavam uma forma de dominação que se estendia sobre o conjunto da vida social do grupo.

(Recebido para publicação em setembro de 1990)

ANEXO

A predominância da mão-de-obra feminina na indústria têxtil: alguns números.

Em 1946, uma comissão governamental fez um balanço do setor da indústria têxtil, que vivia então seu apogeu. Entre os 234.864 operários que esse setor empregava, contavam-se então 36% de homens, 44% de mulheres e 20% de menores (categoria indiferenciada quanto ao sexo). O Estado de Pernambuco era o único, juntamente com o Distrito Federal (isto é, a Cidade do Rio de Janeiro, capital na época), onde a proporção dos homens (44%) ultrapassava a das mulheres (39%). Este Estado ocupava o 2º lugar no que se refere ao número de operários do setor têxtil (12,7% do total nacional), após o Estado de São Paulo que concentrava 35%. E a CTP empregava sozinha mais de um terço dos operários do Estado (10.338 sobre o total de

29.861).

O recenseamento de 1940 forneceu dados ainda mais precisos sobre a composição da mão-de-obra da empresa por sexo e por faixas etárias. ACTP empregava então 4.635 homens e 3.000 mulheres. Estas superavam numericamente os homens na faixa dos 10-19 anos (1.444 contra 1.061), mas a proporção se invertia nas faixas etárias seguintes: 1.200 contra 1.915, entre os de 20-29 anos, 208 contra 808, entre os de 30-39 anos, 100 contra 470, entre os de 40-49 anos, 37 contra 266, entre os de 50-59 anos, 6 contra 94 entre os de 60-69 anos. Infelizmente, o recenseamento de 1950 não apresenta números comparáveis.

Dez anos após o início da política de recrutamento direto, o município de Paulista apresentava, segundo o recenseamento de 1940, uma proporção ligeiramente mais alta de mulheres: 15.388 contra 14.155 homens. As comparações numéricas são inexistentes para o período anterior: o recenseamento de 1930 não foi efetuado por causa da Revolução e o de 1920 incluía os dados relativos a Paulista—que tinha na época apenas um status de distrito—no conjunto dos dados do município de Olinda. Em 1950, quando termina essa política de recrutamento, a desigualdade estatística entre homens e mulheres acentuou-se: 25.225 mulheres contra 22.878 homens segundo o novo recenseamento. A diferença em favor das mulheres torna-se ainda mais importante dentro dos limites administrativos do município de Paulista à medida que nos aproximamos da vila operária propriamente dita. Esta diferença se mantém globalmente em 1960 (26.793 mulheres contra 24.389 homens).

A CTP exerceu também uma grande atração sobre grupos domésticos compostos de viúvas e crianças, como indicam nossas entrevistas bem como certas referências numéricas: segundo o recenseamento de 1940, 10.260 mulheres eram solteiras; 4.029 casadas e 1.191 viúvas (os viúvos, por sua vez, não passavam de 409). Segundo uma amostragem de 150 fichas de pessoal que conseguimos obter com dificuldade nos escritórios da fábrica e que utilizamos a título indicativo, 16% dos trabalhadores individuais mencionam a mãe como beneficiária para efeitos de Previdência Social, o que é um outro indício da importância da viuvez feminina.

Uma juventude católica sob medida

Nos anos 30, a CTP procedeu à regulamentação das práticas religiosas em seu território após algumas experiências negativas nesse âmbito: a expulsão de um sacerdote que se aliara aos operários grevistas em 1932; depois o afluxo de um certo número de trabalhadores protestantes dos quais a empresa exigiu que não praticassem seu culto na vila operária. Mais tarde, com a extensão, da cidade e a democratização da vida política após 1945, esses protestantes reagruparam-se num bairro "livre" que se constituiu nas imediações da vila em terrenos não pertencentes à companhia e onde construíram seus templos. Esse enclave—que se tornou o distrito de Paulista denominado Abreu e Lima, e nos últimos anos, município autônomo—concentrou, rapidamente, outras atividades proscritas pela CTP, tais como os cultos afro-brasileiros, as reuniões públicas do Partido Comunista durante seu curto período legal entre 1945 e 1947, assim como a prostituição.

Paralelamente à sua política repressiva, a CTP esforçou-se, a partir de 1939, em promover a Juventude Operária Católica (JOC) para tentar estabilizar, de modo duradouro as práticas religiosas das novas gerações de operários recrutados. A partir de então, as atividades da JOC ocuparam um lugar central na vida de muitos jovens trabalhadores (havia uma seção masculina e uma seção feminina, mais numerosa), com seus rituais, dias de oração, reuniões, excursões, regime privilegiado de folgas e rituais de distinção em relação a outros colegas.

"Eu tinha uma vontade enorme de aprender e compreender, quando morava no interior. Diziam que só os da Igreja é que podiam conseguir. Então, quando cheguei aqui (em 1943), alguns anos depois, entrei na JOC e comecei a entender as coisas do mundo. Lá em casa, nós éramos muito católicos, minha irmã tinha se tornado "Filha de Maria" e eu também logo depois. Mas eu tinha uma grande admiração pela JOC mesmo antes de entrar lá, falavam muito dela na cidade, havia muita coisa de especial, com os uniformes bonitos, agente cantava. Depois consegui entrar como simpatizante. O Padre Teodoro (de origem alemã, membro da Ordem do Sagrado Coração de Jesus) estava completamente de acordo com a companhia, almoçava com eles (os patrões). A presidente da JOC feminina trabalhava nos escritórios. E nós tínhamos um caminhão cedido pela companhia que nos levava para passear. Nos dias de retiro, fomos todas a um colégio de Recife, ficávamos lá como internas. Tínhamos todas as facilidades. A JOC pedia dias de folga para nós e eles (a CTP) nos davam: por exemplo, para a quarta-feira de cinzas, e eles ainda entravam com o transporte. O próprio padre enviava nossos nomes para a companhia, apresentava a lista das moças em cada seção da fábrica, e a gente tinha licença por três, quatro dias. E me lembro que todo mundo nos conhecia. Éramos muito conhecidas. Estávamos sempre muito limpas, bem vestidas em nossos uniformes, porque íamos à Igreja".

Uma descrição semelhante, na emoção e no sentimento de orgulho, despertados pelo fato de pertencer à JOC, nos foi dada por uma outra operária da fábrica que assistiu, no meio das fileiras apertadas das jocistas com seus uniformes, ao casamento de uma das filhas do patrão, por ocasião da consagração de uma enorme igreja construída pela CTP como símbolo de sua própria grandeza e de sua aliança com a Igreja Católica.

NOTAS

(*) - Este artigo baseia-se no material de pesquisa que informou as nossas teses de doutorado (Alvim, 1985; Leite Lopes, 1988), onde estão consignadas as dívidas contraídas na sua realização. Ele foi redigido em um período de pós-doutorado (setembro 1988 - junho 1990) junto ao Centro de Sociologia Européia, da Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales de Paris, dirigido por Pierre Bourdieu, a partir do diálogo com diversos pesquisadores que trabalham, ou trabalharam, naquele centro. Gostaríamos de agradecer, em particular, às leituras atentas e observações de Sylvain Maresca, Monique de Saint Martin, Francine Muel-Dreyfus e Françoise Borvin, que contribuíram para dar forma à versão francesa publicada na revista *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº. 84, setembro de 1990.

Publicado na RBCS por autorização dos autores. Tradução de Raquel Ramallete, revisão de Vera Pereira.

1 - Na literatura sobre a classe operária européia no século XIX, só ocasionalmente se faz menção a casos semelhantes de recrutamento de famílias pelas fábricas. Ver paia a Inglaterra e a França, Tilly e J. Scott (1987). O interesse de uma investigação monográfica sobre um grupo operário determinado, ligado a uma fábrica e uma vila operária, como o da Paulista, reside na possibilidade de observar a amplitude tomada por uma política de recrutamento desse tipo aplicada durante mais de 20 anos, assim como suas conseqüências, exemplares, sobre o processo de obreirização. Cf. Alvim (1985) e Leite Lopes (1988).

2 - O "morador" é o trabalhador que reside tradicionalmente nas fazendas de açúcar. Para maiores esclarecimentos ver Garcia Jr. (1989, cap. 1 e 2; 1990, cap: 1 e 2).

3 - Em janeiro de 1907, o principal diário de Recife publicou, durante seis dias, anúncios da CTP que buscavam operários qualificados para a tecelagem e a fundição.

4 - Sistema de concessão pelo qual um proprietário atribuía uma casa e um pedaço de terra a um assalariado para mantê-lo sob seu serviço. Cf. Garcia Jr., op. cit.; Palmeira (1976, vol.I, pp. 305-315) e Sigaud (1980).

5 - No início dos anos 50, quando se consumou sua construção, a vila tinha por volta de 6.000 casas. Era de longe a maior do Brasil na época; nenhuma das 300 outras empresas têxteis possuía uma vila comparável. Seu tamanho era igualmente maior que o de outras vilas que adquiriram fama internacional, como a de Mulhouse – que só contava com 1.240 casas quando foi terminada, em 1895 (Cf. Guerrand, 1987, p. 381) – ou a vila das fábricas Pullman, no sul de Chicago, famosa por sua concepção arquitetônica (Buder, 1975).

6 - Ver a análise de J. Scott (1937, pp. 1-13) sobre as dificuldade em se perceber as relações sociais entre os sexos no interior do movimento operário cartista inglês, desvendando as especificidades masculinas escondidas sob essa construção de classe.

7 - Para poder usufruir de uma casa na vila, cada família devia comprovar que, pelo menos, um de seus membros trabalhava-na fábrica. A importância dos alojamentos atribuídos não dependia aliás do tamanho da família, mas do número de seus trabalhadores efetivos.

8 - Eles conseguiram sobreviver ali clandestinamente até a metade dos anos 50, época de sua retirada para as fábricas de Recife, onde possuíam uma base mais forte e onde empreenderam a conquista da direção do sindicato têxtil da capital. Sua militante de base, Julia Santiago, então em grande evidência naquele setor industrial, tornou-se, em 1947 a primeira mulher eleita para a Câmara Municipal, onde permaneceu até 1951, antes de retornar à ação sindical. Ela teve uma trajetória de mulher solteira, arrimo de família e de militante política devotada, que a aproxima de muitas das operárias de Paulista, formadas nas associações católicas.

9 - A CTP adquiriu, ao longo da primeira metade do século, as grandes propriedades açucareiros ao redor da vila, obtendo vastas extensões territoriais. Ela visava com isso prover-se de lenha para suas caldeiras, mas procedeu também à reconversão em produtores de bens alimentícios dos antigos "moradores" da cana-de-açúcar que estavam ligados a essas propriedades, desde que fornecessem seus excedentes para uma feira organizada pela companhia na vila operária, a preços fixados pela CTP. Os baixos salários pagos aos operários eram compatíveis com os baixos preços dos bens alimentícios vendidos na feira, fazendo dessa alternativa ao truck-system, freqüentemente praticado no mundo inteiro pelas fábricas com vila operária, um meio suplementar de legitimação junto a seus operários. Depois de 1950, com a afirmação de um poder público local nem sempre controlado pela CTP; esta abandona a organização da feira. Ao expressarem sua nostalgia da antiga feira de preços administrados, os operários não mencionam o fato de que o desaparecimento dessa feira permitiu a muitos deles se converterem em pequenos feirantes na nova feira "liberada" dó controle da CTP, após as demissões na fábrica..

BIBLIOGRAFIA

ALVIM, R. (1985), *Constituição da Família e Trabalho Industrial*. Tese de doutorado em Antropologia Social, Rio de Janeiro, Museu Nacional.

BOURDIEU, P (1982), "Les Rites d'Institution". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 54 (set).

_____. (1979), *La distinction*, Paris, Minuit.

BUDER, S. (1975), *Pullman, An Experiment in Industrial Order and Community Planning, 1880-1930*. Nova Iorque, Oxford University Press.

COTTEREAU, A. (1983), "Usure au Travail, Destins Masculins et Destins Féminins dans les Cultures Ouvrières en France au XIXème Siècle". *Mouvement Social*, 124, jul-set.

GARCIA JR., A. R. (1989), *Libres et Assujétis, Marché du Travail et Modes de Domination au Nordeste*. Paris, Ed. de la MSH.

_____. (1990), *O Sul, Caminho do Roçado; Estratégias de Reprodução Camponesa e Transformação Social*. São Paulo, Ed. Marco Zero / Ed. UnB.

GUERRAND, R. H. (1987), "Espaces Privés", in M. Perrot (org.), *Histoire de la vie privée, de la Révolution à la Grande Guerre*. Paris, Seuil, tomo IV

HALBWACHS, M. (1970), *La Classe Ouvrière et les Niveaux de vie*. Paris / Nova Iorque, Gordon & Breach.

LEITE LOPES, J. S. (1988), *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na "Cidade das Chaminés"*. São Paulo, Ed. Marco Zero / Ed. UnB.

_____. (1976), *O vapor do Diabo, o Trabalho dos Operários do Açúcar*. Rio, Paz e Terra.

PALMEIRA, M. (1976), "Casa e Trabalho. Notas sobre as Relações Sociais na *Plantation Tradicional*". *Atas do XLII Congresso Internacional de Americanistas*, Paris, vol.I (set).

SCOTT, J. (1937), "Ore Language, Gender and Working-Class History". *International Labor and Working-Class History*, 31, (primavera).

SIGAUD, L. (1980), "A Nação dos Homens, uma Análise Regional de Ideologia". *Anuário Antropológico*.

TILLY, L. e SCOTT, J. (1987), *Les Femmes, le Travail et la Famille*. Paris, Rivages.